



## **À Comissão de Avaliação da SILP**

### **9ª Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais**

O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO, tem a honra de apresentar sua inscrição ao Prêmio de Aderência à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A presente candidatura representa o relato de uma verdadeira transformação institucional, dado que, até meados de 2024, o COFFITO convivia com graves fragilidades em sua gestão de licitações e contratos administrativos. Essas fragilidades foram publicamente expostas em auditorias do Tribunal de Contas da União e amplamente noticiadas na imprensa.

Diante desse cenário, a nova gestão da Autarquia assumiu o compromisso de reconstruir os alicerces da governança administrativa. Para tanto, foram adotadas medidas de capacitação massiva de empregados, padronização de documentos, elaboração de manuais e, sobretudo, edição do Regulamento Geral de Licitações e Contratos Administrativos do COFFITO.

É com esse espírito que submetemos a presente inscrição, certos de que o exemplo contribuirá para fortalecer o Sistema COFFITO/CREFITOs e todos os Conselhos Profissionais do país que se interessem em compartilhar dessas boas práticas.

Brasília/DF, 5 de setembro de 2025

**CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL**



# **REESTRUTURAÇÃO, INOVAÇÃO E GOVERNANÇA: O NOVO PARADIGMA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS NO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO)**

Categoria: Aderência à Nova Lei de Licitações

**Instituição:** Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO, Autarquia Pública Federal inscrita no CNPJ sob nº 00.487.140/0001-36, com sede no SIA Trecho 17, lote 810, Parque Ferroviário, Brasília/DF, CEP: 71200-260.

**Data de implementação da prática:** de 25/07/2024 até 27/08/2025

## I. INTRODUÇÃO

O COFFITO é Autarquia Federal criada pela Lei nº 6.316/1975 com a incumbência de fiscalizar o exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional definidas no Decreto-lei nº 938, de 13 de outubro de 1969.

Conforme entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 36<sup>1</sup>, da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5367<sup>2</sup> e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 367<sup>3</sup>, os Conselhos de Fiscalização Profissional são Autarquias do tipo *sui generis*. O entendimento firmado se deu pelo fato que tais Conselhos gozam de ampla autonomia e independência e não estão submetidos ao controle institucional, político ou administrativo de um ministério ou da Presidência da República, ou seja, não estão na estrutura orgânica do Poder Executivo.

Nesse contexto, os Conselhos de Fiscalização Profissional são “financiados” por meio de contribuições parafiscais denominadas anuidades<sup>4</sup>, recolhidas compulsoriamente pelos profissionais inscritos em suas respectivas categorias. São exatamente essas receitas asseguram autonomia financeira às Conselhos, permitindo-lhes executar suas atividades fiscalizatórias e administrativas de forma independente.

---

<sup>1</sup> (ADC 36, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-272 DIVULG 13-11-2020 PUBLIC 16-11-2020)

<sup>2</sup> (ADI 5367, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-272 DIVULG 13-11-2020 PUBLIC 16-11-2020)

<sup>3</sup> (ADPF 367, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-272 DIVULG 13-11-2020 PUBLIC 16-11-2020)

<sup>4</sup> “[...] os conselhos de fiscalização profissional não se inserem na estrutura do Poder Executivo federal (Lei nº 9.649/98 e Lei nº 10.683/03); possuem autonomia financeira, sendo responsáveis pela própria arrecadação através, principalmente, de contribuições, taxas e multas administrativas, e, consequentemente, os seus orçamentos não são previstos na Lei Orçamentária Anual da União e não recebem nenhum auxílio desse ente federativo; os dirigentes são eleitos entre os profissionais registrados e ocupam cargo honorífico não remunerado; os empregados estão apartados do regime jurídico único, possuindo vínculo celetista e plano de cargos e salários próprios; não são beneficiárias de isenção de custas judiciais nem do pagamento por precatório. Mas ao mesmo tempo exercem vários poderes de autoridade, como o de arrecadar tributos e o poder de polícia”. GRILLO, Fernanda Fontenelle. Natureza dos conselhos jurídicos de fiscalização profissionais brasileiros. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Belo Horizonte, 2024.

Ainda que os Conselhos de Fiscalização Profissional possuam um regime jurídico diferenciado em diversos aspectos, não há como afastar a realidade de que eles se submetem integralmente ao dever de observar as normas de licitações e contratos. Trata-se de uma obrigação legal que se estende a todas as suas contratações, aquisições, alienações e demais atos administrativos de repercussão econômica.

É inegável que a missão precípua dos Conselhos de Fiscalização Profissional não se resume à gestão de licitações e contratos. Todavia, para que suas atribuições finalísticas sejam efetivamente cumpridas com qualidade e eficiência, torna-se indispensável que os processos de contratação pública sejam conduzidos com rigor técnico e elevado padrão de governança. Somente por meio de licitações bem estruturadas e de uma gestão contratual responsável é possível assegurar os recursos materiais, humanos e tecnológicos necessários à plena realização das atividades finalísticas destas Autarquias.

Por isso, a excelência na condução dos processos licitatórios e na fiscalização contratual se apresenta como um instrumento essencial. É a partir dessa base que os Conselhos conseguem transformar recursos públicos em resultados para a sociedade.

## **II. DO CONTEXTO VIVENCIADO PELO COFFITO**

Até meados de 2024, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional vivia um cenário de fragilidade institucional. Diversas irregularidades confirmadas por fiscalizações do Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão 638/2025 - Plenário<sup>5</sup>, comprovam esse período de retrocesso que a Autarquia passava.

Entre os problemas mais significativos identificados, se destaca a aquisição de imóvel em Brasília/DF no ano de 2015. No referido processo, conforme constatado pelo TCU, houve uma série de justificativas frágeis para a aquisição, com indícios de dispensa indevida de licitação e superfaturamento.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/hebert%2520chimicatti/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/1>.



Apesar da magnitude do investimento para aquisição do referido imóvel, ele permaneceu sem utilização plena por quase uma década. Nesse interim, ainda que não houvesse a utilização do imóvel para alocação dos empregados da Autarquia, eram acumuladas inúmeras despesas em reformas e serviços de vigilância.

Situação semelhante ocorreu com o imóvel adquirido em São Paulo/SP, que, mesmo desocupado há anos, gerou gastos contínuos com manutenção e segurança superiores à R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Conforme destacado pelo próprio Tribunal de Contas da União no Acórdão 638/2025 - Plenário, havia na Autarquia um o modelo de gestão que resultava na má aplicação de recursos arrecadados, afastando o Conselho de sua missão institucional.

No dia 18 junho de 2024, o COFFITO foi assumido por uma nova gestão, a qual tem como um dos objetivos uma verdadeira reestruturação de todas as atividades da Autarquia. Nesse cenário, foi estruturada uma força tarefa para aprimoramento das atividades e, dentre elas, foi incluída a necessidade urgente de reformulação dos procedimentos relacionados às licitações e aos contratos Administrativos da Autarquia.

### **III. DO INÍCIO DA REFORMULAÇÃO POR MEIO DE CAPACITAÇÕES**

Para que processos de transformações sejam realmente efetivos, é preciso contar com equipe dotada da capacidade necessária. O desafio que foi posto à nova gestão do COFFITO exigia empregados permanentemente atualizados, capazes de compreender a complexidade normativa, interpretar corretamente as inovações legislativas e aplicar os princípios da boa governança de forma prática e eficiente.

A capacitação de empregados públicos é configurada como um verdadeiro instrumento de fortalecimento institucional. Mais do que preparar os colaboradores para a execução de tarefas, o processo de capacitação contínua cria uma cultura organizacional voltada à integridade e à excelência e à eficiência prevista no artigo 37 da Constituição Federal.





Iniciados os trabalhos da nova gestão da Autarquia, foi feito um levantamento inicial de contratos e dos seus respectivos responsáveis para acompanhamento. Nesse diagnóstico, notamos que muitos dos empregados eram nomeados para exercer a função de gestores e fiscais de contrato sem sequer saber qual é o papel dessas funções nas contratações públicas.

Em paralelo, chamou também a atenção da Autarquia o fato que havia no conselho uma cultura de utilização de “caixinha” para custeio de materiais de uso permanente e contínuo da Autarquia. A denominada “caixinha”, à qual deveria ser utilizada como um meio de suprimento de fundos e pagamento de despesas de pequeno vulto, era utilizada de forma indistinta para demandas permanentes e sem um controle efetivo.

Já no primeiro mês de exercício da nova gestão do COFFITO, foi organizado um curso para todos os colaboradores da Autarquia e do CREFITO-11, cujo tema foi: **“Gestão e Fiscalização de Contratos e Uso de Suprimento de Fundos”**. O curso contou com a presença de mais de 50 (cinquenta) colaboradores e serviu como uma verdadeira incubadora para que todas as demandas de aprimoramento voltadas às licitações e aos contratos administrativos fossem desenvolvidas.

Registro da capacitação



Logo em seguida, o COFFITO publicou a Portaria nº 318/2024<sup>6</sup>, a qual dispõe sobre os limites financeiros para as despesas processadas por suprimento de fundos no âmbito do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO. A referida Portaria define parâmetros, estabelece limites e impõe a necessidade de prestação de contas desses tipos de gastos. Ou seja, foi cessada a cultura de utilização indistinta de suprimento de fundos e de gastos de pequeno vulto na Autarquia.

Meses após, dos dias 6 a 9 de agosto de 2024, o COFFITO deu mais um passo na capacitação contínua. Na oportunidade, a Autarquia custeou cerca de 30 (trinta) inscrições para que colaboradores participassem da 8ª Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais, promovida pela SILP.

Dentre as inúmeras oficinas e palestras de altíssima relevância tratados no evento, chamamos atenção para os temas voltados às licitações e aos contratos administrativos, quais sejam:

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/wp-content/uploads/2024/07/portaria-suprimentos.pdf>.



- **“Boas Práticas Relacionadas a Fiscalização de Contratos”** - (Flaviana Paim);
- **“O Momento da Inovação das Contratações Públicas”** - Thiago Zagatto;
- **“Autonomia e Regulamentação da Lei nº 14.133/2021 Pelos Conselhos Profissionais: Possibilidades e Boas Práticas”** - Victor Amorim;
- **“As contratações eletrônicas no âmbito dos conselhos profissionais”** - Saulo David; e
- **“O SRP da Lei 14.133/21 Aplicado às Contratações dos Conselhos Profissionais”** - Evaldo Ramos

Já nos primeiros meses, notamos que este início de gestão voltado para capacitação e melhoria dos processos entusiasmou os colaboradores. O conhecimento adquirido pelas capacitações iniciais despertou o apreço pelo tema por parte de toda a gestão.

Assim, visando dar uma maior governança às contratações, o COFFITO decidiu ser protagonista e promover em sua sede uma capacitação própria para todos aqueles empregados que atuam direta ou indiretamente com licitações e contratos administrativos. Olhando o histórico do sistema COFFITO/CREFITOS, foi possível constatar que jamais havia ocorrido uma capacitação desse tipo com promoção e incentivo por parte deste COFFITO.

A capacitação foi intitulada de “I Encontro Nacional de Licitações e Contratos Administrativos”<sup>7</sup>, realizado entre os dias 23 e 25 de abril de 2024, e contou com a maestria dos professores Evaldo Ramos e Victor Amorim.

### **Registros da capacitação**

---

<sup>7</sup> Matéria disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=33561>.





Como se sabe, a realidade de Conselhos Profissionais é muito distinta. Essa diferença de realidade vem sendo estudada de forma aprofundada pelo Tribunal de Contas da União por meio de uma Auditoria na modalidade de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC). No Acórdão n.º 1925/2019 – Plenário, de relatoria do Ministro Weder de Oliveira, o Tribunal identificou e segmentou os conselhos auditados por diferentes níveis de porte.

Já considerando esse porte dos conselhos, o COFFITO percebeu que alguns de seus Conselhos Regionais não conseguiriam arcar com os custos de inscrição de



uma capacitação desse porte. Diante disso, este conselho decidiu por arcar com todos os custos da capacitação, ou seja, o evento foi promovido sem a cobrança de inscrição dos participantes.

Não bastasse isso, como uma forma de incentivar a perfeita implementação de boas práticas voltadas a licitações e contratos administrativos pelos Conselhos Profissionais, o COFFITO ainda concedeu inscrições gratuitas para que empregados de outros Conselhos Federais participassem da capacitação.

O Evento foi um sucesso, contando com aproximadamente 80 (oitenta) participantes. Dos depoimentos colhidos, chamamos atenção para os seguintes:

- Para Jéssica Gonçalves, analista geral do Conselho Federal de Química (CFQ), o encontro nacional contribui, por exemplo, para seu repertório como empregada pública. *"Os professores trouxeram muitos exemplos práticos. Isso vai além da letra da lei, pois nós nos vimos naquelas situações [apresentadas]"*.
- A empregada pública designada para a função de pregoeira do CREFITO-4, Cláudia Silva, também compartilhou da mesma opinião que Jéssica, ressaltando que a experiência dos palestrantes colabora para se pensar aplicações desse conhecimento no dia a dia.
- Na avaliação de Bruce Ribeiro, chefe do Departamento de Fiscalização do CREFITO-15, o encontro é uma vitória para o Sistema COFFITO/CREFITOs. *"Esta é a primeira vez que nos reunimos para discutir temas relacionados às contratações dos nossos conselhos"*.
- José Canuto, assessor jurídico do CREFITO-5, agradeceu ao COFFITO pela oportunidade de participar do evento. *"O COFFITO está proporcionando esta experiência para termos mais segurança jurídica"*.

Ao ser entrevistado sobre a iniciativa da Autarquia, o professor Victor Amorim registrou que a capacitação sobre licitações e contratos é *"imprescindível para a melhoria da gestão pública e para tornar os processos mais adequados e eficientes"*.



A partir dessas iniciativas, o COFFITO passou a notar a transformação institucional voltada para as licitações e os contratos administrativos acontecendo. As inúmeras capacitações realizadas passaram a criar um ambiente no qual o conhecimento circula, se renova e se traduz em boas práticas para as licitações e para os contratos administrativos da Autarquia.

Interessante observar que o COFFITO passou de um cenário em que era tido como um mau exemplo voltado às licitações e aos contratos administrativos para protagonizar o aprimoramento das contratações no âmbito do sistema COFFITO/CREFITOS.

Bons exemplos se arrastam. Como exemplo disso, citamos, a solicitação do Presidente do CREFITO-15 para que o COFFITO promovesse naquele Regional um treinamento voltado às licitações e aos contratos administrativos. O convite foi aceito como um prêmio de reconhecimento do exemplo que vem sendo dado pelo COFFITO.

A capacitação, realizada entre os dias 10 e 11 de julho de 2025, serviu como uma verdadeira oficina para troca de boas práticas voltadas ao tema. Na oportunidade, o COFFITO ainda compartilhou com o CREFITO-15 seus modelos padronizados de artefatos, pareceres referenciais relacionados à licitações e contratos administrativos, manual de fiscalização e gestão de contratos, bem como um regulamento próprio para ser adaptado no CREFITO-15.

### **Registros da capacitação<sup>8</sup>**

---

<sup>8</sup> Postagem disponível em: <https://www.instagram.com/share/rZx9ZkWW>.





Com esse movimento, é possível notar o entusiasmo dos participantes, os depoimentos colhidos e o impacto prático imediato nos processos de contratação. A partir de então, notamos uma verdadeira formação de um alicerce de nova cultura organizacional, pautada pela integridade, pela segurança jurídica e pela busca da excelência.

#### **IV. DA IMPLANTAÇÃO EFETIVA DE MANUAIS E DE REGULAMENTOS PRÓPRIOS**

Em concomitância às capacitações que o COFFITO veio participando e promovendo, foi realizado um planejamento estratégico para a adoção de medidas que conferissem perenidade e efetividade ao novo modelo de gestão de licitações e contratos administrativos da Autarquia.

A partir disso, no Planejamento Estratégico do Setor de Contratos e Licitações foram estabelecidas, para o ano de 2025, as metas de: i) elaboração de documentos padronizados para licitações e contratos; ii) elaboração de manuais orientativos de gestão e fiscalização de contratos; e iii) elaboração dos

regulamentos internos de atribuições e funções relacionadas às licitações e contratos. Vejamos abaixo como essas metas foram definidas:

PLANO DE AÇÃO 5W2H						
O quê? (What)	Porque? (Why)	Onde? (Where)	Quem? (Who)	Quando? (When)	Como?	Quanto custa?
ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS PADRONIZADOS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS.	Necessidade de cumprimento das obrigações da lei nº 14.133/2021.	COFFITO	Luiz Felipe	30/06/2025	Mobilização do Setor de Contratos em conjunto com a Controladoria e a Procuradoria Jurídica para padronização dos artefatos dos processos licitatórios, bem como para regulamentação das atividades relacionadas às licitações e contratações do COFFITO.	Não haverá custos, tendo em vista que será um processo feito com os empregados internos da Autarquia.
ELABORAÇÃO DE MANUAIS ORIENTATIVOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS.	Necessidade de cumprimento da lei nº 14.133/2021.	COFFITO	Mateus Lima	31/07/2025	Mobilização do Setor de Contratos em conjunto com a Controladoria e a Procuradoria Jurídica para padronização das atividades relacionadas à gestão e fiscalização de contratos públicos. Após a elaboração dos manuais, serão realizados treinamentos internos para capacitação dos gestores e fiscais de contratos.	Não haverá custos, tendo em vista que será um processo feito com os empregados internos da Autarquia.
ELABORAÇÃO DOS REGULAMENTOS INTERNOS DE ATRIBUIÇÕES E FUNÇÕES RELACIONADAS ÀS LICITAÇÕES E CONTRATOS.	Padronização de procedimentos e controle de responsabilidades.	COFFITO	Mateus Lima	31/08/2025	Mobilização do Setor de Contratos em conjunto com a Controladoria e a Procuradoria Jurídica para regulamentar, com base na atual realidade do COFFITO, as atribuições dos agentes nos processos de licitação.	Não haverá custos, tendo em vista que será um processo feito com os empregados internos da Autarquia.

Para a primeira meta estabelecida, que consistia na elaboração de documentos padronizados para licitações e contratos, o Setor de Licitações e Contratos e a Procuradoria Jurídica realizaram uma verdadeira força tarefa para elaborar os artefatos padronizados da Autarquia.

Os artefatos foram feitos com base nos modelos disponibilizados pela Advocacia-Geral da União (AGU), mas adaptados às realidades deste Conselho Federal e da sua natureza jurídica especial.

Nesta força tarefa, foram elaborados os seguintes documentos:

- Modelo de Documento de Formalização de Demanda<sup>9</sup>;
- Modelo de Estudo Técnico Preliminar<sup>10</sup>;
- Modelo de Análise de Riscos<sup>11</sup>;
- Modelo de Termo de Referência<sup>12</sup>;

<sup>9</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/qMDax3AtxBFn7Zq>.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/qMDax3AtxBFn7Zq>.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/qMDax3AtxBFn7Zq>.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/qMDax3AtxBFn7Zq>.



- Modelo de Contrato<sup>13</sup>;
- Parecer Jurídico Referencial para prorrogações de contrato<sup>14</sup>;
- Parecer Jurídico Referencial para contratações direta para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal<sup>15</sup>;
- Parecer Jurídico Referencial para dispensas de licitação tipificadas no artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021<sup>16</sup>; e
- Parecer Jurídico Referencial para contratações com fornecedores exclusivos<sup>17</sup>.

Com a consolidação desses documentos e a disponibilização deles para todos os colaboradores da Autarquia, tivemos mais um ponto de virada no processo de transformação institucional voltada a licitações e contratos administrativos na Autarquia.

Até então, não havia padrões claros e de instrumentos de referência nos processos do COFFITO. Os processos eram conduzidos de forma casuística, com alto número de incongruências e, conseqüentemente, trazia insegurança jurídica para a Autarquia. A Autarquia sequer possuía um Plano de Contratação Anual até o ano de 2024.

Assim, a adoção desses documentos padronizados permitiu ao COFFITO conferir previsibilidade e coerência às suas contratações.

A padronização também foi essencial para a sedimentação de uma cultura de governança. Ao contar com formulários, pareceres e contratos previamente padronizados e validados pela Procuradoria Jurídica, os empregados passaram a

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/qMDax3AtxBFn7Zq>.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/tyTMFTtGn2YcYSs>.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/tyTMFTtGn2YcYSs>.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/tyTMFTtGn2YcYSs>.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/tyTMFTtGn2YcYSs>.

compreender que a condução de cada processo licitatório não dependia mais exclusivamente da experiência individual de quem o instruía.

Esse movimento reduziu drasticamente a margem para decisões subjetivas e criou uma base de conhecimento institucional que vem sendo continuamente atualizada. Por isso, é possível afirmar que o fortalecimento do espírito de governança no âmbito das licitações e contratos do COFFITO já é uma realidade.

Os documentos padronizados se tornaram ferramentas pedagógicas para orientar a atuação daqueles que tenham qualquer envolvimento com as licitações e os contratos da Autarquia. Cada modelo traduz, em linguagem prática, os princípios e exigências da Lei nº 14.133/2021 e a realidade da Autarquia.

A segunda meta estabelecida previa a elaboração de manuais orientativos de gestão e fiscalização de contratos. Novamente, o Setor de Licitações e Contratos precisou de uma força tarefa para elaboração dos documentos de apoio.

O desafio não era apenas a elaboração dos documentos. Havia também uma necessidade pela difusão de conhecimento para os colaboradores sobre o tema.

Como se sabe, há uma certa apreensão por parte de empregados públicos quando se trata da designação para acompanhamento da execução de contratos. Para quebrar essa repulsa, nada melhor do que ensinar as razões da fiscalização e da gestão contratual, bem como os seus benefícios diretos para a Administração Pública e para os próprios empregados.

Nessa etapa, foram desenvolvidos os seguintes documentos:

- Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos<sup>18</sup>;
- Apresentação resumida dos principais pontos do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos<sup>19</sup>;

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/oBCtF3WHkj7wKKQ>.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/oBCtF3WHkj7wKKQ>.

- Modelo de Relatório Circunstanciado de Gestão e Fiscalização<sup>20</sup>;
- Modelo de Relatório de Gestão<sup>21</sup>;
- Modelo de Relatório de Fiscalização<sup>22</sup>; e
- Modelo de ateste de recebimento de material<sup>23</sup>.

Após a disponibilização dos modelos, por meio do Memorando-Circular-SEI nº 13/2025 - COFFITO/DAGEP, todos os colaboradores do COFFITO foram convocados para a apresentação oficial dos documentos e para a realização do treinamento já voltado manual do conselho. Na oportunidade, pudemos discutir sobre as atividades de gestão e fiscalização de contratos, sanar dúvidas e propor melhorias nos processos de acompanhamento da execução contratual na Autarquia.

#### Registro da capacitação



<sup>20</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/oBCtF3WHkj7wKKQ>.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/oBCtF3WHkj7wKKQ>.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/oBCtF3WHkj7wKKQ>.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/oBCtF3WHkj7wKKQ>.

Com essa meta, realizamos mais um ponto de virada no COFFITO que simboliza o compromisso da Autarquia com a boa governança e a plena aderência à Lei nº 14.133/2021. Tal meta nasceu como uma ferramenta prática para orientar gestores e fiscais, trazendo clareza sobre atribuições, fluxos e responsabilidades em todas as fases contratuais.

Mais uma vez, notamos que esse projeto de reestruturação é prezado pela padronização e segurança jurídica, visando que cada contratação seja conduzida com base em parâmetros uniformes. Com isso, transformamos o acompanhamento da execução do contrato de um mero protocolo burocrático para um verdadeiro instrumento de governança com rotinas preventivas, reuniões inaugurais obrigatórias, relatórios de fiscalização periódicos e avaliações finais de desempenho.

Finalizando com as metas de reestruturação das licitações e dos contratos administrativos, no dia 27 de agosto de 2025 foi aprovado o **"REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO)"**<sup>24</sup>. A aprovação se deu pela Resolução COFFITO nº 625/2025<sup>25</sup>.

O referido regulamento foi fruto de mais de 8 (oito) meses de trabalho, discussões e de muitas capacitações relacionadas às licitações públicas. Mais do que um "mero conglomerado" de repetições de normativas prontas, o Regulamento do COFFITO foi elaborado voltado exatamente para a realidade da Autarquia.

Para tanto, foi utilizada justamente da natureza jurídica especial dada aos Conselhos de Fiscalização Profissional, a qual os confere a possibilidade de regulamentação administrativa da Lei nº 14.133/2021, o regulamento transcreve a realidade do COFFITO.

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://coffito.safestorage.com.br/index.php/s/SP26YMqTbPM9orJ>.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-coffito-n-625-de-27-de-agosto-de-2025-653249580>





Ao analisar o documento, notamos que ele é iniciado trazendo a governança, papéis e atribuições dos agentes públicos que são envolvidos nos processos de licitação.

Em seguida, o Regulamento trata do planejamento da contratação, prevendo etapas fundamentais como o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, a análise de riscos, a pesquisa de preços e a autorização da autoridade competente. Há ainda no documento a orientação sobre o que deve conter em cada uma dessas etapas do planejamento das contratações.

O regulamento dedica ainda capítulo próprio à seleção do fornecedor, abordando desde a condução e modelagem da licitação até os procedimentos auxiliares como o Sistema de Registro de Preços, o credenciamento, a pré-qualificação e a manifestação de interesse.

Outro ponto de destaque é o capítulo voltado à execução da contratação, o qual faz um link direto com o manual de fiscalização da Autarquia.

Além disso, o regulamento contempla os processos de licitação centralizados, permitindo ao COFFITO coordenar contratações conjuntas com os Conselhos Regionais, em consonância com o artigo 19 da Lei nº 14.133/2021.

A importância dessa normativa para a realidade da Autarquia é inegável. Ela adapta a nova lei às especificidades do COFFITO e, ao mesmo tempo, cria mecanismos de governança para padronização de documentos obrigatórios, segregação de funções, reforço da publicidade das contratações e instituição de práticas de fiscalização e avaliação de desempenho contratual.

Mais do que um normativo interno, o regulamento faz um marco de mudança cultural, que substitui a lógica de improvisos por um sistema pautado na integridade, na eficiência e na transparência. Com isso, o COFFITO vem guerreando para sanar fragilidades históricas, buscando se posicionar como referência em Licitações e Contratos Administrativos.

## **V. DAS RAZÕES PARA QUE A INICIATIVA SEJA PREMIADA**





O processo vivido pelo COFFITO ao longo do último ano não foi uma mera adequação burocrática à Lei nº 14.133/2021. Como podemos ver pelo presente relato e pelos documentos que seguem anexos, a Autarquia passou por uma verdadeira virada de chave institucional, transformando um cenário de fragilidades em um exemplo de governança, inovação e integridade administrativa.

A Autarquia conseguiu superar práticas improvisadas e historicamente questionadas implementando um sistema de contratações públicas baseado em capacitação contínua, padronização de documentos, manuais claros e um regulamento próprio adaptado à sua realidade jurídica especial. Essa combinação de ações criou uma cultura organizacional voltada para a integridade e para a entrega de valor público.

Outro aspecto que torna a experiência do COFFITO digna de reconhecimento é o seu caráter multiplicador. O Conselho não se limitou a capacitar seus próprios empregados. Conforme visto, na capacitação promovida pela Autarquia, o COFFITO custeou as inscrições dos colaboradores dos Conselhos Regionais e até mesmo de Conselhos Federais.

Por fim, o que distingue essa trajetória e a credencia ao prêmio é o fato de que o COFFITO mostrou que é possível transformar crises em oportunidades. Onde antes havia notícias de irregularidades e má gestão, hoje se consolidam boas práticas exemplares relacionadas às licitações e aos contratos da Autarquia.

É por essas razões que submetemos esta iniciativa para reconhecer o COFFITO com o Prêmio de Aderência à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Em anexo, encaminhamos todos os documentos relacionados às iniciativas realizadas.